

CORREIO POLÍTICO

POR RUDOLFO LAGO

Ricardo Stuckert/PR



Kassab tem proximidade com Lula há anos

A vitória do centro, na visão do próprio centro

Ainda no domingo (27), o PSD fez um estudo do resultado das eleições no segundo turno, no qual analisava a sua própria vitória e o desempenho dos demais atores políticos. Em janeiro, o PSD passará a administrar 887 municípios. Entre os municípios com mais de 200 mil habitantes, pulou de quatro para 15, ficando, no caso, abaixo do PL, que governará 16. Capitais, serão

cinco, o mesmo número do MDB. O partido presidido por Gilberto Kassab olha para seu próprio desempenho projetando o que pode fazer no futuro. Especialmente já verificando que outras legendas poderão ser seus parceiros. No estudo, ao qual o Correio Político teve acesso, o PSD delimita o que seria agora o centro político, diferenciando-o da direita e da esquerda.

Centro

No centro, o PSD posiciona principalmente a si mesmo, o MDB e o União Brasil. À direita, coloca PP, PL e Republicanos. À esquerda, o PT, o PSB e o PDT. Por vários aspectos, mostra como foi bom seu próprio desempenho. E como foi melhor o desempenho do centro.

Votos

O PSD elegeu o maior número de prefeitos e foi também o que teve mais votos considerando-se os eleitos. Os 887 prefeitos do PSD receberam 10,7 milhões de votos. Em segundo, ficou o MDB, com 10 milhões. O PL foi o partido que ganhou mais votos no total, 15,5 milhões.

Reprodução/Redes sociais



Mas Kassab é próximo também de Tarcísio

Centro governará mais de 96 milhões de pessoas

Quando se juntam todos aqueles que o PSD posiciona ao centro, a vantagem é inequívoca. O centro elegeu 2,3 mil prefeitos – 42%, quase a metade de todos. Somou 27,6 milhões de votos dados àqueles que foram eleitos (44%). E 39,4 milhões (35%) de votos no total geral. Estará no comando da administração da vida

de 96,3 milhões de pessoas, o que corresponde a 46% da população geral do país, de novo quase a metade. Entre os que são eleitores, são 71,8 milhões, 47% do eleitorado geral do país. Se os partidos que o PSD posiciona ao centro caminharem juntos, terão grande capacidade de definição do quadro político daqui por diante.

Direita

A direita foi a segunda força em termos de desempenho. Elegeu, conforme o estudo do PSD, 1694 prefeitos, 31% do total. Recebeu 32,5 milhões de votos (29%). Governará 59,9 milhões de pessoas (29%). Mas a direita saiu fragmentada do pleito, com apostas díspares.

Bolsonaro

Na segunda-feira (28), o presidente do PL, Valdemar Costa Neto, tentava juntar os cacos, reparando danos das estratégias do ex-presidente Jair Bolsonaro, que mais trabalhou para minar adversários. Começou a declarar que tem pautas comuns com o centro.

Esquerda

No estudo do PSD, pior se saiu a esquerda. Elegeu 711 prefeitos (13%). Recebeu 20,9 milhões de votos (19%). Administrará a vida de 22,5 milhões de pessoas (11%). Ou seja, sozinha, a esquerda terá pouca margem de manobra. Terá que aumentar suas conversas com o centro.

Chances

Como diz o pragmático presidente do PSD, Lula é maior que a esquerda. Converse com o centro, e inclusive o tem incluído no seu governo. Mas Valdemar mostrou sua disposição também de conversar. Tanto Lula quanto Valdemar têm extremados aos seus lados.

Republicanos oficializa candidatura de Motta

Ato dá a largada na sucessão da Câmara após as eleições

Zeca Ribeiro/Câmara dos Deputados

Por Gabriela Gallo

Após as eleições municipais, as negociações e manifestações para as eleições do Congresso Nacional retornam a todo vapor. Nesta terça-feira (29), o Republicanos oficializará a candidatura de Hugo Motta (PB) para a concorrer à presidência da Câmara dos Deputados. O lançamento da campanha está marcado para as 11h30 na sede do partido, em Brasília. Ao ter sua candidatura oficializada, Motta deve passar a semana negociando com as demais siglas apoio em sua campanha para assumir a principal cadeira da Mesa Diretora da Casa.

Após a formalização da candidatura de Motta, a expectativa é que o atual presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), oficialize seu apoio ao líder do Republicanos. Apesar de ainda não ter confirmado publicamente, Lira disse em reunião de líderes que apoiaria o candidato. As medidas do presidente da Casa visam continuar com sua influência na Câmara. Ele já havia anunciado que oficializaria seu apoio após o segundo turno das eleições municipais.

Relembre

Inicialmente, o atual presidente da Casa tinha como favorito o candidato do União Brasil, Elmar Nascimento (BA), amigo pessoal de Lira. Todavia, as coisas mudaram após o presidente nacional do Republicanos, Marcos Pereira (SP), atual vice-presidente da Câmara, desistir de sua candidatura à presidência da Casa para apoiar o colega de partido Hugo Motta. Após o feito, o paraibano ganhou destaque na disputa por ser considerado



Motta deverá receber o apoio do atual presidente, o deputado Arthur Lira

um candidato mais moderado e capaz de negociar as diferenças entre oposição e base governista – ao contrário de Elmar Nascimento. A repercussão chamou a atenção de Arthur Lira, que passou a apoiar o candidato do Republicanos. Imaginou-se que se iria produzir um consenso em torno dele.

Não aconteceu. Com os holofotes voltados para o candidato do Republicanos, formou-se uma aliança entre União Brasil e PSD. O acordo entre os partidos é que os candidatos Elmar Nascimento e Antonio Brito (PSD-BA) se apoiarão mutuamente, cedendo o lugar para quem parecer mais forte no mês da sucessão, em fevereiro de 2025.

Prefeituras

Porém, o segundo turno das eleições confirmou o que se especulava no primeiro turno para mudar o jogo. Dos 5.569

municípios que participaram das eleições municipais, o PSD elegeu 887 prefeitos no país em ambos os turnos, tornando-se o partido que mais elegeu prefeitos no país. Em seguida, estão o MDB (856), PP (747) e União Brasil (578). Somando o total de municípios que serão governados por PSD, MDB, PP, União Brasil e Republicanos (435) totaliza-se 52% dos municípios que disputaram as eleições. Assim como no primeiro turno, essas medidas reforçam a força do Centrão.

Tal medida pode se tornar um problema para Hugo Motta e favorecer os candidatos Antonio Brito (PSD-BA) e Elmar Nascimento (União Brasil-BA), que também devem passar as próximas semanas articulando em busca de aliados. A vantagem numérica do PSD nas prefeituras pode ser usada como moeda de troca entre os parlamentares que tenham re-

duto eleitoral nos municípios governados pelo PSD.

PT

Outro denominador que pode influenciar o jogo das eleições na Câmara, o Partido dos Trabalhadores ainda segue na incerteza de qual candidato irá apoiar. Nos bastidores, a bancada do PT negocia com Arthur Lira e Hugo Motta para a sigla do presidente da República indicar um ministro do Tribunal de Contas da União (TCU). As informações são do jornal O Globo.

Em troca de apoio para a candidatura de Hugo Motta, parte da sigla avalia adiantar a aposentadoria do ministro do TCU Augusto Nardes (72 anos), que é vinculado ao partido de Arthur Lira, para a Câmara indicar o nome para substituí-lo. Ainda não há um acordo fechado e o possível nome ainda não foi definido.

CCJ retoma votação de PL da anistia aos atos de 8 de janeiro

Marcello Casal Jr/Agência Brasil

Por Gabriela Gallo

Com o retorno das atividades do Congresso após o segundo turno das eleições municipais, a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados deve votar, nesta terça-feira (29), o projeto de lei que concede anistia a todos os presos envolvidos nos atos antidemocráticos contra a sede dos Três Poderes em 8 de janeiro de 2023 (PL 2.858/2022). A sessão está marcada para as 14h30 e, considerando as discussões na comissão antes das eleições municipais, apesar da resistência de parlamentares da base governista, a expectativa é que o projeto seja aprovado. Após a votação do projeto, a CCJ apreciará outras matérias.

Caso o projeto seja aprovado na comissão, ele segue para ser votado no plenário da Casa. Porém, as chances de o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), pautar o texto para ser votado ainda neste ano são incertas. A expectativa é que o presidente da Casa definirá se dará continuidade ao projeto, ou não, ainda nesta terça. E o presidente do Partido Liberal (PL), Valdemar Costa Neto, será um dos responsáveis por tentar convencer Lira.

Em entrevista à GloboNews nesta segunda-feira (28), o presidente do partido do ex-presidente Jair Bolsonaro informou que conversará com Arthur



Valdemar tenta convencer Lira a pautar anistia

Lira para que ele pautar o projeto de lei no plenário da Casa. Mas, caso não tenha sucesso, ele tentará outros recursos para, ao menos, reduzir as penas dos presos nos atos.

“Se isso não avançar, tive uma ideia, mas não sei se será viável: Arthur [Lira] conversa com o Supremo [Tribunal Federal] e vê se há como diminuir a pena desse pessoal de 17 anos. É tudo gente que estava com um pedaço de pau. Não era assaltante, não era gente que estava com metralhadora. Abaixa para quatro anos, 17 anos é muito”, propôs Costa Neto.

O projeto

O texto chegou a ser discu-

tido na CCJ em setembro, mas foi adiado após um pedido de vista conjunto. Inicialmente, o PL previa anistia a “todos os que tenham participado de manifestações em qualquer lugar do território nacional do dia 30 de outubro de 2022 ao dia de entrada em vigor da Lei”. Porém, o relator da proposta, deputado Rodrigo Valadares (União Brasil-SE), fez um recorte para abranger apenas os presos responsáveis pelo 8 de janeiro. O relatório de Valadares concede anistia às pessoas que apoiaram os atos “por quaisquer meios, inclusive contribuições, doações, apoio logístico ou prestação de serviços e publicações em mídias sociais e

plataformas”.

O relatório é considerado amplo e, se aprovado, pode favorecer também o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) e demais atores políticos, visto que eles já são investigados pelo Supremo Tribunal Federal (STF) por terem apoiado manifestações que terminaram na depredação de patrimônio.

O projeto ainda concede o perdão dos seguintes crimes previstos no Código Penal relacionados às manifestações: o cancelamento de multas aplicadas pela Justiça; a manutenção dos direitos políticos; a revogação de medidas, transitadas em julgado ou não, que limitem a liberdade de expressão em meios de comunicação social e em redes sociais.

Reforma Tributária

Enquanto a Câmara retoma com discussões de interesse da oposição, a Comissão de Constituição e Justiça do Senado corre contra o tempo para discutir e aprovar o primeiro projeto que regulamenta a reforma tributária (PLP 68/2024) até o início de dezembro.

Nesta terça-feira (29), a CCJ realiza a primeira audiência pública para tratar o texto, na qual os parlamentares discutirão os “novos tributos incidentes sobre o consumo e reorganização da economia nacional”. Em outras palavras, vão esclarecer e discutir a reorganização da economia.